

A QUESTÃO URBANA EM RAÍZES DO BRASIL DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Matheus de Moraes Batista (IC) e Júlio César Vellozo (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

Sérgio Buarque de Holanda é considerado um dos maiores intelectuais do pensamento social brasileiro, e o seu ensaio, *Raízes do Brasil*, tornou-se obra fundamental na historiografia nacional. Neste artigo, pretende-se analisar *Raízes do Brasil* sob a ótica da questão urbana. Desta perspectiva, interessa ressaltar que este estudo se dá através de dois eixos; o primeiro é o contexto social e cultural das décadas de 1920 e 1930, buscando vislumbrar o percurso intelectual do autor. O segundo é o estudo detalhado da obra supracitada, procurando identificar, por fim, os elementos referentes à construção teórico-interpretativa do historiador acerca do fenômeno urbano no Brasil, que o considera como processo indispensável para a consolidação de formas impessoais de sociabilidade, bases de princípios gerais reguladores típicos de uma cultura liberal democrática. Para Holanda, somente com a urbanização o Brasil romperia com o localismo e a afetividade como formas de socialização cordial. Assim, o processo de urbanização exerceria um papel de enfraquecedor da herança ibérica, cordialidade e do ruralismo. Isto posto, foi possível chegar a esta conclusão mediante a aplicação de dois métodos científicos, a pesquisa bibliográfica quanto ao procedimento técnico, e exploratória e explicativa quanto ao objetivo. Com isso, foi possível conhecer e expor criticamente o tema a partir da literatura científica.

Palavras-chave: Urbanização. Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*.

ABSTRACT

Sérgio Buarque de Holanda is considered one of the greatest intellectuals of the Brazilian social thinking, and his essay "*Raízes do Brasil*" has become a fundamental work for the national historiography. This article aims to analyze "*Raízes do Brasil*" under the urban question perspective. From this point of view, it is interesting to highlight that this study is conducted through two strands; the first one is the social and cultural context of the 1920's and 1930's decades, with the intention to envision the author's intellectual path; the second one is the detailed study of the work mentioned herein, aiming to finally identify the elements referring to the theoretical and interpretative construction of the historian regarding the urban phenomenon in Brazil, which he considers as an essential process for the consolidation of the impersonal forms of sociability, which are base for the general regulating principles that are typical of a liberal democratic culture. According to Holanda, only the urbanization would make

Brazil break with the localism and the affectivity as types of cordial socialization. The urbanization process would exert then a role as to weaken the Iberian heritage, cordiality and rurality. That being said, it was possible to arrive at this conclusion with the application of two scientific methods: the bibliographic research as per the technical procedure, and the exploratory and explanatory research regarding the objective, which made possible to understand and critically expose the theme from the scientific literature.

Keywords: Urbanization. Sérgio Buarque de Holanda. Roots of Brazil.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Os anos 30: transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna

O tema deste artigo é a discussão das linhas gerais do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda presentes em sua principal obra, “Raízes do Brasil”, tendo como objetivo a compreensão do significado de urbanização e cidade para o historiador. Para tanto, pretende-se realizar de início algumas considerações a respeito do clima de inquietação social, cultural e política que se instaurou no Brasil antes do movimento de 1930, bem como do processo de configuração e estruturação da sociedade brasileira aos olhos de Holanda, dada a importância da apresentação do contexto no qual o autor e a obra estão inseridos para o melhor entendimento de suas proposições acerca do fenômeno urbano, processo que, a princípio, possui grande relevância na modernização da sociedade brasileira.

O ensaio “Raízes do Brasil”, editado e publicado pela primeira vez em 1936, supera o caráter de simples narrativa histórica. Assim como em “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, e em “Formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Júnior, dois dos maiores pensadores nacionais, Holanda (2016), em “Raízes do Brasil”, consolida um dos escritos de maior referência para se compreender o processo civilizador do país. Por essas e por outras, a obra em destaque revela e afirma a posição de Sérgio Buarque de Holanda como um grande baluarte da tradição ilustrada nacional.

Neste sentido, Candido (2016, p. 355), em “O significado de Raízes do Brasil”, inserido na edição crítica do livro homônimo, aponta que essas obras “parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo”. Em outras palavras, pode-se dizer que o contexto – intelectual, acadêmico, econômico e social – no qual Sérgio Buarque de Holanda esteve inserido, concorreu significativamente para o desenvolvimento do seu ensaio, bem como para autoimagem relacionada ao país.

Segundo Sérgio Costa, professor de sociologia da América Latina do Department of Political and Social Science, Institute for Latin America Studies, Freie Universität Berlin e pesquisador associado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP):

[...] na década de 30, o Brasil já estava irreversivelmente integrado havia alguns séculos à "modernidade entrelaçada" global. Durante o período colonial, o ouro, o açúcar, o algodão e muitos outros produtos gerados pelo trabalho de pessoas sequestradas na África e escravizadas nas minas e plantações brasileiras haviam facilitado a emergência do capitalismo industrial e do Iluminismo na Europa. Mesmo sob a ótica da história das ideias, o Iluminismo, o colonialismo e a escravidão não podem ser entendidos de forma isolada. Afinal, a percepção colonial do mundo não europeu exerceu uma influência inquestionável sobre a concepção iluminista do ser humano. Para o Brasil que Buarque de Holanda conhecia, no entanto, o colonialismo e a escravidão haviam deixado um outro legado. No começo do século XX,

quatro séculos depois da chegada dos portugueses, o país não apresentava muito mais do que uma economia debilitada, uma elite despótica e uma sociedade fundamentalmente autoritária. Por isso, *Raízes do Brasil* é também uma espécie de manifesto de libertação por meio do qual o autor à época com 34 anos buscava demonstrar que ao Brasil não deveria caber apenas o lado sombrio da modernidade, o país deveria partilhar também das conquistas modernas. (2014, p. 824).

Somado a isso, é importante ressaltar que o pensamento político-ideológico que tem como uma das suas mais sublimes pretensões a de se consolidar como um discurso fundador, como é o caso de “*Raízes do Brasil*”, remete ao contexto das revoluções burguesas, a partir das quais se consolida a ideia de que um Estado Moderno deve possuir, além desses discursos como essência, as características basilares de racionalidade e impessoalidade na ocupação de um espaço público bem organizado. No entanto, segundo Holanda (2016), a estrutura agrária desigual, a tradição patrimonial e autoritária brasileira consolidaram-se como obstáculos para o desenvolvimento de tais traços, para a emancipação individual e a superação dos problemas herdados pela nossa origem colonial lusitana.

Portanto, para o historiador (2016), a formação político-social brasileira está maculada pelas características herdadas da sociedade portuguesa que, aqui, ganharam feições próprias, a qual era estruturada por categorias normativas frágeis ou até inexistentes, com a pessoalidade e a cordialidade constituindo-se como sustentáculos do relacionamento político e social lusitano, como bem disse Holanda:

[...] essa mentalidade, justamente, que se tornou o maior óbice, entre eles [os iberos] ao espírito de organização espontânea, tão característica dos povos protestantes, e sobretudo de calvinistas. Porque, na verdade, as doutrinas que apregoam o livre arbítrio e a responsabilidade pessoal são tudo, menos favorecedoras da associação entre os homens. (HOLANDA, 2016, p. 51).

Neste sentido, sem desconsiderar um conjunto de mudanças decisivas entre as duas edições seguintes da obra que sucederam à primeira, que não nos interessa rever com profundidade, julga-se necessário sublinhar que a estrutura ensaística sergiana dialoga diretamente com a experiência modernista das décadas de vinte e trinta do século XX, período no qual houve grandes transformações de ordem política e cultural no Brasil que marcaram a obra independentemente da edição.

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em 1902, na cidade de São Paulo, poucos anos após a Proclamação da República, portanto em um período de inúmeras publicações voltadas para a construção da imagem nacional brasileira, como “*Por que me ufano de meu país*”, de Afonso Celso, publicada em 1900; e “*Os Sertões*”, de Euclides da Cunha, publicada em 1902.

Grande demonstração de preocupação do governo com a construção de uma imagem harmônica do Brasil como nação e do alvorecer de uma consciência nacional, este processo de transformação das estruturas mentais, que pode ser considerado como uma espécie de reação à queda da Monarquia, à Guerra do Paraguai e à Abolição, refletiu-se também na

intelectualidade brasileira do início do século passado, uma vez que erámos considerados um país formado por diversas etnias, inúmeros idiomas e hábitos, o que, de certa forma, impedia uma uniformidade indenitária. Neste sentido, Roberto Conceição Morato Leite Filho, em sua dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da FGV/EAESP (1994, p. 32), ressalta que “o contexto de “Raízes do Brasil” é, portanto, de crise, de rápidas mudanças sociais e de perplexidade política”.

Desta forma, por Sérgio Buarque de Holanda crescer imerso nessa atmosfera nacionalista e ter acesso aos clássicos da história do Brasil, que discutiam, sobretudo, raça, nacionalismo, cultura e a questão da modernização do Brasil, “Raízes do Brasil” é fruto e herdeira do modernismo do início do século XX, ora para se destoar, ora para se aproximar. Contudo, em certos casos, parte de pressupostos um tanto quanto distintos. Virtudes antes gabadas por intelectuais como Afonso Celso em “Por que me ufano de meu país”, as quais eram tratadas como motivo de superioridade do Brasil (1997), hospitalidade e generosidade são exemplos de traços que receberam severas críticas de Holanda (2016).

Por fim, exemplo de como o caráter nacional era um problema para a intelectualidade da época, apesar de Sérgio Buarque de Holanda e Euclides da Cunha partirem de pressupostos diferentes, inspirado nas teorias deterministas, Euclides, em “Os Sertões”, ao procurar demonstrar como os sertanejos de Canudos não eram culpados por ser criminosos, mas frutos de um conjunto de fatores raciais, históricos e geográficos, iniciou em sua obra afirmações equivalentes às de Holanda: Nas palavras de Cunha:

[...] filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico, dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã — tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes [...] (CUNHA, 2003, p. 9).

Ou seja, ao afirmar que a nacionalidade brasileira não tem tradições uniformes, Euclides aproximou-se de Holanda, que asseverou: “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambientes muitas vezes desfavorável e hostil, *somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra*”. (HOLANDA, 2016, p. 39) (Grifo nosso).

Assim, sem relativizar o fato de que houve uma significativa mudança no pensamento do autor no período de tempo que decorreu entre a primeira edição (1936) e a terceira edição revista (1956), Sérgio Buarque de Holanda (2016) não deixou de considerar a herança ibérica como um dos grandes impasses para o êxito do processo de modernização do Brasil. Na verdade, é possível verificar um aprofundamento crítico do historiador quanto a esta tradição e à cultura da personalidade. Este enfoque pode ser visto como uma narrativa de certa forma

polarizada entre cordialidade e civilidade que se constrói ao longo do ensaio, algo que será demonstrado mais adiante.

Dessa maneira, é claro que o que se afirma sobre “Raízes do Brasil” depende sobremaneira da edição aderida como referência. Entretanto, para fins de análise, tomam-se como base as edições publicadas a partir da terceira edição, na qual a “metodologia dos contrários”, enfim, se estabiliza de tal forma que a escrita buarquiana ganha seu caráter contrapontístico. Ainda que a narrativa vá se concebendo ao longo do ensaio a partir da oposição entre tradição e modernidade independentemente da edição, só é a partir da segunda edição, de 1948, que ela começa a deixar de oscilar, passando a se constituir como uma grande crítica ao passado ibérico brasileiro.

Neste sentido, como sugere Luiz Feldman (2013, p. 02) “Raízes do Brasil não foi um “clássico de nascença”. Tornou-se clássico, na verdade, após mais de uma década de amadurecimento”. Segundo o mesmo autor, a partir da segunda edição revista, houve uma “intensificação da clivagem tradição-modernização”.

Portanto, esta pesquisa mostrará como Sérgio Buarque de Holanda foi um homem de seu tempo, seja para se contrapor, como no caso de Afonso Celso, seja para se aproximar, como no caso de Euclides da Cunha. Na verdade, mais do que ser uma importante reação às questões referentes ao caráter brasileiro, sua cultura e política, “Raízes do Brasil” é uma obra que levou o seu autor a ser considerado um dos “inventores” do Brasil.

1.2. Modernidade e tradição em Sérgio Buarque de Holanda

A relação conflitiva entre o tradicional e o moderno tem se colocado, ao longo das últimas décadas, como um dos objetos centrais de análise das ciências sociais. Com o pensamento sócio-político latino-americano não é diferente. No entanto, esta questão recebe naturezas singulares de acordo com os autores que se dedicam a analisar esta temática.

No Brasil, tal discussão ganhou destaque a partir do desenvolvimento de duas grandes interpretações: a dos americanistas, que sustentam a tese de que as mazelas da sociedade brasileira são vícios de origem decorrentes do colonialismo português, cuja formação e organização social, em termos gerais, deveriam ser superadas para alcançarmos os padrões da civilização ocidental; e a dos iberistas, para quem a formação ibérica de parte da América é peculiar, cuja solução deve respeitar a sua intrínseca configuração societária.

Segundo Vianna (1997), ao recuperar o debate figurado entre Oliveira Vianna e Tavares Bastos, o americanismo e iberismo são, antes, e sobretudo, conceitos que se constituíram como instrumentos analíticos das relações entre Estado e sociedade.

Esse modo de se observar e interpretar a realidade, segundo referências culturais

reflexas, conferiu ao pensamento nacional uma aprimorada autocrítica de sua própria alegoria, formada a partir de sua herança cultural ibérica. No caso de “Raízes do Brasil”, é possível verificar alguns atributos que possibilitam denominar o autor como americanista, ou modernista, uma vez que, de forma geral, pressupõe que, somada à nossa estrutura rural, a condição de atraso do Brasil é consequência direta da formação ibérica da América Latina, elegendo a cultura política anglo-saxã na qualidade de modelo a ser seguido para a organização da sociedade brasileira com destino à modernidade.

Por outro lado, na leitura iberista da sociedade brasileira, subsiste a constatação de que o mundo ibérico não possui um percurso de desenvolvimento semelhante ao do mundo anglo-saxão. Em outras palavras, a América Latina deve seguir um caminho próprio de desenvolvimento, decorrente de sua própria tradição.

Diferente de autores como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, considerados como iberistas, ou tradicionalistas, os quais acreditavam que os padrões civilizatórios exigidos pelos países ocidentais industrializados carregavam elementos que desestabilizariam a ordem social e, por consequência, não nos levaria, na realidade, em direção à modernidade, Holanda (2016) não considerava que o aniquilamento do sistema rural e ibérico através da introdução crítica da cultura política e dos valores do liberalismo anglo-saxão pudessem trazer consequências negativas ao país.

Na verdade, sem deixar de considerar o modelo ibérico como representante do arcaico, o enquadramento teórico-analítico adotado por Holanda (2016) pode ser considerado híbrido, posto que o historiador destaca a coexistência de elementos tradicionais com elementos modernos na formação da estrutura política, cultural e social do Brasil, os quais dão origem a um projeto de modernidade de caráter inacabado, condições históricas particulares da sociedade brasileira que fazem com que o autor trabalhe com modelos puros com o objetivo de identificar elementos inerentes a um molde ibérico e a um molde anglo-saxão.

Em outras palavras, Holanda (2016, p.51) identifica nos países anglo-saxões as características da modernidade, que foram estruturados através de uma dominação racional-legal, com princípios abstratos e impessoais como diretrizes da organização social. Aversa, portanto, à cultura da personalidade identificada nos países de origem ibérica. No entanto, também reconhece que na realidade não existem modelos puros, mas a preponderância de características de um modelo sobre o outro em específicos momentos e arranjos sociais.

Um exemplo disso pode ser observado na parte em que o autor (2016, p.59-116) trata em “Raízes do Brasil” da descoberta da América Latina, período no qual prevaleceu a lógica da aventura sobre o trabalho, ou seja, uma característica do modelo ibérico, que se figura

como representante das sociedades rudimentares com bases rurais, sobre uma característica do modelo anglo-saxão, que, por sua vez, se enquadra como representante da sociedade avançada urbana. Caso prevalecesse a última característica, tal descoberta não poderia ter sido feita.

Estas características são postas em “Raízes do Brasil” através de critérios morais, como aventura e trabalho; rural e urbano; e afetividade e impessoalidade, categorias pares e, em certa medida, antagônicas entre si, extraídas do método tipológico de Max Weber (1997), no qual os indivíduos que formam o Estado Moderno pautam seus comportamentos em regras racionais, abstratas e gerais, o que possibilita a distinção weberiana entre os aparatos administrativos burocracia e patrimonialismo, aplicada por Holanda (2016) em “Raízes do Brasil”, por exemplo, para definir o “homem cordial”, sujeito que emprega a todas as relações o timbre afetivo. Portanto, um retrato da sociedade patrimonialista baseada no personalismo, representante do arcaico, oposta à burocracia impessoal weberiana, representante da modernidade.

Vale a observação das palavras do próprio Weber (2000, p. 58):

Existe, por fim, a autoridade que se impõe em razão da “legalidade”, em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma competência positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conformes ao estatuto estabelecido. Tal é o poder, como o exerce o “servidor do Estado” em nossos dias e como o exercem todos os detentores do poder que dele se aproximam sob esse aspecto.

No mesmo sentido, Holanda (2016) argumenta que o personalismo foi um obstáculo para a estruturação desse tipo de Estado retratado por Weber. Há, então, em “Raízes do Brasil”, uma verdadeira busca e análise de elementos não-rationais presentes na formação social brasileira, resultantes da nossa herança cultural ibérica.

Desta forma, pode-se dizer que o moderno e o tradicional em Sérgio Buarque de Holanda (2016) se estruturam em um ambiente no qual há uma relação heterogênea e complexa de avanços e retrocessos resultantes de características que são consideradas pelo historiador como vícios e virtudes atribuídos ao processo de colonização empreendido entre nós, posto que, como bem mencionado, as características tradicionais acabaram por adquirir certa funcionalidade com as instituições da modernidade, um amalgama de atributos culturais.

A partir do estabelecimento das características que formam um modelo ou outro de sociedade, o autor (2016) compõe o arcabouço teórico-analítico presente em seu ensaio, “Raízes do Brasil”. Por isso, devemos acrescentar que, através dos primeiros cinco capítulos, Sérgio Buarque de Holanda (2016) diferencia de forma nítida – em algumas vezes, até mesmo nos títulos – as lógicas do comportamento humano e da estrutura social ibérica a partir dos quais pode se observar a separação dos dois modelos de sociedade, acima mencionados.

A começar pelo primeiro capítulo, “fronteiras da Europa”, é possível perceber que, para o autor (2016), a importância da colonização ibérica na formação da sociedade brasileira não abrange somente a ampliação da fronteira geográfica, mas, sobretudo, a social, cultural e política. A cultura da personalidade é um dos traços mais determinantes da herança ibérica e possui, como umas das suas principais consequências, a fragilidade da solidariedade e coesão social, haja vista que há um predomínio do impulso pessoal, estruturada em uma ordem social baseada em relações afetivas e pessoais, sem a previsibilidade inerente a regras abstratas, universais e impessoais.

Segundo Souza (2000, p. 161): “O ponto zero da constituição da sociedade brasileira para Buarque é marcado pela circunstância de termos recebido nossa herança europeia de uma nação ibérica.”

Quanto ao segundo capítulo, “trabalho e aventura”, enquanto o tipo aventureiro é qualificado como o sujeito que sempre busca novas experiências, acomodando-se, muitas vezes, no provisório, o tipo trabalhador é caracterizado como aquele que busca pelo esforço seus objetivos sem se preocupar, a princípio, com as compensações de curto prazo. Como consequência, enquanto o primeiro acarreta a subversão da hierarquia pelo sucesso e a frouxidão das instituições, o segundo permite a instauração de uma ordem baseada na previsibilidade e universalidade.

Portanto, assim como para Max Weber (1997), Holanda (2016) acreditava que, em sociedades que há o predomínio de regras e normas de caráter impessoal e universal, há uma maior viabilidade de coesão social, dadas as suas previsibilidades, onde as leis e regras valem para todos.

Nas palavras de Holanda:

No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal (HOLANDA, 2016, pág. 253).

Em relação ao terceiro capítulo, “herança rural”, Sérgio Buarque de Holanda (2016) apresenta o estigma da vida rural no desenvolvimento e organização da sociedade brasileira. Segundo o historiador, houve um predomínio do latifúndio sobre a cidade, esta um mero suplemento daquela, a partir da qual a cultura da personalidade ibérica amplificou-se, dado seu ambiente familiar, particularista e antiurbano.

A partir deste capítulo, se estabelece no ensaio de forma clara a oposição rural-urbano, o que nos conduz de modo dialético ao quarto capítulo, “O semeador e o ladrilhador”. Nesta parte, Holanda (2016, p. 161-241) realiza uma histórica diferenciação entre os tipos de

colonização empregados na América Latina. Enquanto o “Ladrilhador” representa os colonizadores espanhóis, aqueles que acentuaram o caráter da cidade almejando os locais mais profundos e internos do território de forma planejada, o “Semeador” representa os colonizadores portugueses, aqueles que de forma não planejada organizaram cidades de caráter irregular a partir de uma política de feitoria.

Por fim, quanto ao quinto capítulo, “o homem cordial”, Holanda (2016) aborda nesta parte os traços particulares formados a partir da estrutura familiar que aqui se desenvolveu como síntese e consequência direta da nossa herança ibérica e rural. Avesso ao que podemos denominar como “homem civil”, o qual detém comportamentos tidos como modernos, ou seja, compatíveis com os ordenamentos gerais e impessoais que dispõem as relações sociais nas quais está inserido, o homem cordial é um indivíduo que se impõe sobre uma estrutura impessoal através de relações extremamente personalistas.

Desta forma, da análise dos cinco primeiros capítulos, é possível concluir que, para Sérgio Buarque de Holanda (2016), a formação da sociedade brasileira deu-se através de uma socialização no interior do ambiente doméstico, traduzindo-se num empecilho à instituição de um Estado Moderno, burocrático e impessoal. A supremacia da vida doméstica e familiar significou o predomínio de relações humanas diretas, baseadas sempre na aproximação, na conquista dos objetivos pela intimidade e na construção do ambiente social através de vínculos concretos e mais acessíveis.

Ou seja, o “homem cordial”, como síntese desse processo, tem dificuldade de distinguir o espaço pessoal do impessoal. Oposto não somente à civilidade, ambiente que é racionalizado e impessoalizado, o “homem cordial” também é incompatível com a democracia, já que esta implica formas de associação que se embasam em interesses abstratos e na distinção entre o público e o privado. Portanto, como não houve durante um longo período uma ruptura entre a família e o Estado, este um mero prolongamento daquela, as condições de existência do ser político e de uma sociedade democrática eram mínimas.

Portanto, o atraso social e político dos Brasil são decorrentes, em grande medida, das características personalistas trazidas pelo modelo ibérico ambientadas em um país que se desenvolveu através da estrutura familiar e rural, construindo laços particularistas cernes da nossa formação social. Em outras palavras, a subversão das hierarquias, a força das relações familiares e o ruralismo, bem como todas outras características que constituem a cordialidade não eram um produto típico da estrutura social da colônia. Herança ibérica, ruralismo e a “cultura da personalidade” foram materializados em solo brasileiro, e aqui se desenvolveram como elementos da cordialidade, síntese destas formas comuns de expressão.

Este resultado guarda relação com a inexistência de um projeto de dedicação constante e a busca fácil pela riqueza imediata, manifestadas no tipo aventureiro, que deram à colonização portuguesa uma incontestável feição de exploração comercial, que se exprime não apenas na ocupação limitada ao litoral, de melhor comunicação com a metrópole, como também no predomínio estável do rural sobre o urbano.

Mais do que uma imposição do meio, a força incontestada do ruralismo é principalmente uma realização do empenho colonizador português. Daí a atrofia das cidades, dado o seu caráter de habitação ser substancialmente antinatural. Em outras palavras, o meio urbano implica investimento, planejamento, empenho e trabalho progressivos para a manutenção de seu predomínio sobre a natureza, portanto mais do que a pura e simples exploração da terra.

Deste modo, resta claro que, para Holanda (2016), o processo de modernização não se emergiria através dessa estrutura social, mas, sim, com uma ruptura com a mentalidade doméstica para o surgimento de uma sociedade verdadeiramente democrática, na qual haja o predomínio do impessoal sobre o pessoal, do objetivo sobre o subjetivo, do coletivo sobre o particular, do abstrato sobre o concreto e do público sobre o privado.

Como veremos adiante, para o historiador, o rompimento com esta ordem social ao menos iniciar-se-ia através da emancipação e consolidação dos centros urbanos em detrimento do ruralismo.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1. Visões acerca do urbano: entre o iberismo e o agrarismo e a cidade

A cultura da personalidade que, aqui, em terras rurais, se adaptou e desenvolveu-se de modo extremado, foi, para Holanda (2016), um verdadeiro obstáculo ao surgimento de formas de associação que não se dariam através do sentimento, afeto e da intimidade, entre outros valores da personalidade. Para o historiador e ensaísta, a ausência do princípio da hierarquia enfraqueceu as forças que poderiam ensejar a estruturação de um ambiente minimamente organizado a partir da solidariedade e ordenação. Obra do tipo aventureiro, a colonização portuguesa não fez do que viria a ser o Brasil um local de configuração marcadamente estável, dada a sua ética de valorização da compensação imediata em detrimento do esforço metódico e constante.

O predomínio do rural sobre o urbano no Brasil inicia-se, para Holanda (2016), com a ausência de um projeto de esforço permanente concomitante a um planejamento precário de ocupação litorânea para o único e exclusivo fim: a exploração comercial em busca da riqueza fácil. De fato, a construção de um ambiente urbano é particularmente antinatural e artificial,

de tal forma que exige mais do que um mero proveito iminente.

Nas palavras de Holanda:

[...] a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, sempre este abandono característico, que se exprime bem na palavra desleixo [...] (Holanda, 2016, p. 195).

Até meados do século XIX, o domínio rural constituía-se como uma unidade independente e autossuficiente, ambiente no qual prevaleciam as relações familiares, organizadas sob um sistema patriarcal. Estrutura que começou a se modificar com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e o processo de abolição que culminou na Lei Áurea, em 1888.

Quanto a esse aspecto, é possível dizer que no Brasil, nesta conjuntura, a disposição de todos os ofícios dava-se através do trabalho escravo e da indústria caseira. A comunidade doméstica como centro de toda essa organização e a quase ausência de mão-de-obra livre significava grande influência das relações humanas e sociais diretas baseadas na aproximação e intimidade. Esse processo de familiarização com força de cordialidade penetrou até em ambientes considerados por Holanda (2016) como círculos de comércio, bem como em terrenos religiosos, historicamente baseados em uma ética racionalizada, fato que aniquilou possíveis sistematizações de abstração da sociedade, uma vez que muitas capelas se encontravam nas grandes fazendas, por exemplo.

Como consequência, o homem cordial é aquele que, vinculado por laços particulares, foi submetido às relações de dependência entre o senhor e seus familiares e, por conseguinte, rendido ao princípio patriarcal de autoridade também quando fora do ambiente familiar. Em outras palavras, a organização doméstica se reproduz na ordem política, embora esta seja um espaço público supostamente burocrático-administrativo, uma vez que, para Holanda (2016), o quadro administrativo brasileiro é um prolongamento da família. Dessa forma, para o autor (2016), o patriarcalismo manifestou-se como herança rural, e o Estado patrimonial se implementou aprisionado nos arranjos familiares.

A nostalgia desse quadro compacto, único e intransferível, onde prevalecem sempre e necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, deixou vestígios patentes em nossa sociedade, em nossa vida política, em todas as nossas atividades (Holanda, 1936, p. 89).

A socialização gerada estritamente no ambiente doméstico formou-se como grande obstáculo para a instituição de um Estado disciplinado pelo princípio da impessoalidade e por regras precisas. Para Holanda (2016), a entrada da sociedade brasileira em uma nova ordem urbana constituir-se-ia como um marco de ruptura com as asserções acima expostas. Na

esteira da vinda da família real para o Brasil em 1808; a partir de 1888, com a Lei Áurea, ocorreram mudanças relevantes nas esferas políticas, econômicas e sociais. Para o autor (2016), há uma clara transição do domínio político e econômico para os centros urbanos, os quais passaram de meros acessórios do mundo rural para se tornarem independentes.

É essencial que se diga que há em “Raízes do Brasil” um verdadeiro óbice, que aparece na passagem entre uma mentalidade remanescente, a senhorial, e outra por sobrevir, a democrática. A urbanização, antes de tudo, é, para Holanda (2016), nos moldes weberianos, um processo de racionalização, impessoalização e despersonalização das relações individuais e sociais, e, portanto, uma manifestação contra majoritária e antagônica ao ruralismo e à cordialidade. Em outros termos, o fenômeno urbano é um processo pelo qual a lei geral supera a lei particular, edificando o surgimento e a consolidação de uma nova sociabilidade: a democrática.

Para o autor (2016), como já mencionado em outra oportunidade, a cordialidade é a concretização na colônia da “cultura da personalidade”, que já estava presente em terras portuguesas antes mesmo do desenrolar da colonização, mas que, com o ruralismo e a força do núcleo particular, desenvolveu-se com novas facetas. Sem deixar de ser crítico à importação de artificialidades que compõem o processo clássico de modernização a caminho da civilidade, Holanda acreditava que, para a constituição de uma ordem pública com cultura democrática, deveria haver uma ruptura com o localismo e a afetividade como formas de socialização cordial, e, portanto, com a ordem familiar. O processo de urbanização exerceria, então, um papel de enfraquecedor da herança ibérica, cordialidade e do ruralismo, características de uma mentalidade oposta aos valores intrínsecos à civilidade e à democracia.

Essa “herança cultural”, que não é essencialmente imutável, estaria se esfacelando através das graduais mudanças que ocorreram na estrutura social, como a Abolição, momento que, para André Botelho e Antônio Brasil Jr:

[...] é um divisor de águas, significando uma verdadeira crise do legado colonial. Há, com este processo, uma dinamização da economia monetária, a crescente despersonalização das relações de trabalho, os novos modelos de família, a afirmação da “competição” como valor social – todas elas levando ao “triunfo de certas virtudes antifamiliares por excelência” (p. 250) e tensionando o ritmo social próprio à cordialidade [...] (HOLANDA, 2016, p. 414-415).

Assim, a ascensão da cidade e o predomínio desta sobre o ambiente rural, como um processo de racionalização-individualização, forjariam formas impessoais de sociabilidade que são a base de princípios gerais reguladores típicos de uma cultura liberal democrática.

Indo ao encontro de Norbet Elias (1973, 1975 e 1982) e Sennet (1978), para os quais o controle dos ímpetus afetivos é um dos pilares para a construção de formas abstratas

associadas ao espaço público, para Holanda (2016), o rompimento com a intimidade geraria novas formas abstratas de sociabilidade, o que acabaria por capacitar o “homem” para lidar com seu exterior de forma mais impessoal, condições essenciais para o surgimento e a permanência da vida democrática.

Desta forma, a relevância do comportamento político típico da civilidade como consequência do processo de urbanização deve-se ao fato de que ela surge como uma oportunidade de superação da cordialidade, assim como da constituição e estabilização de um espaço público com atividade democrática como essência. A cultura do personalismo, da ética da aventura, do ruralismo e da cordialidade deve dar lugar à democracia liberal e à ética do trabalho através da despersonalização e racionalização cidadinas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível verificar ao longo deste artigo, Sérgio Buarque de Holanda (2016) nunca almejou dar soluções políticas para os problemas apresentados em “Raízes do Brasil”, mas, sim, realizar uma verdadeira crítica aos nossos comportamentos resultantes da herança ibérica, base das instituições sociais aqui constituídas. Ainda sim, é incontestável que o seu pensamento se consolidou como uma influente resposta aos debates e às preocupações teóricas vigentes na primeira metade do século XX.

A modernização que adviria com o primado do meio urbano é, para Holanda (2016), a consolidação do espaço público e impessoal em detrimento do espaço privado e pessoal. Daí o caráter amplo e aberto da obra “Raízes do Brasil”, haja vista que não possui uma resolução teórica. Aliás, ao longo das edições que se sucederam, as quais foram ampliadas e corrigidas, a democracia continuou a ser um lamentável mal-entendido, a julgar pelo descompasso persistente entre a tradição e o moderno na formação social brasileira, uma incontroversa tensão gerada pela incompatibilidade entre os arranjos da personalidade e os valores formais da democracia liberal.

Ademais, como resposta às questões de seu tempo, “Raízes do Brasil” nos permite ruminar o Brasil para além do desenvolvimento do argumento histórico-sociológico. Considerando-se a importância dada pela obra à disjunção do público e o privado como elemento nevrálgico da formação nacional, torna-se inevitável atribuir-lhe uma dimensão jurídico-administrativa, posto que pressupõe ponderações sobre a relação entre a família e o Estado.

4. REFERÊNCIAS

BOTELHO, André; BRASIL JÚNIOR, Antônio. Primos entre si? Rural e urbano em Raízes do Brasil e Populações meridionais do Brasil. *In*: Pedro Meira Monteiro; Lilia Moritz Schwarcz. (Org.). **Raízes do Brasil** (edição comemorativa de 80 anos). São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 411-417.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. *In*: Pedro Meira Monteiro; Lilia Moritz Schwarcz. (Org.). **Raízes do Brasil** (edição comemorativa de 80 anos). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 355-369.

CELSO, Affonso. **Por que me ufano de meu país**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

COSTA, Sérgio. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **Sociedade e Estado**, [S.l.], v. 29, n. 3, p. 823-839, abr. 2016. ISSN 1980-5462. Disponível em: <http://www.periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/18256/13078>. Acesso em: 22 mar. 2018.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

ELIAS, Norbert. **La Civilization des Moeurs**. Paris: Calmann-Lévy, 1973.

ELIAS, Norbert. **La Dynamique de l'Occident**. Paris: Calmann-Lévy, 1975.

ELIAS, Norbert. **La Sociedad Cortesana**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil. **RBCS**, v. 28, n. 82, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v28n82/v28n82a08.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 1ª edição. São Paulo: José Olympio, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEITE FILHO, Roberto Conceição Morato. **O impasse da modernidade no Brasil das primeiras décadas deste século: análise de Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. 1994. Dissertação. (Mestrado em Administração Pública e Governo) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5228> Acesso em: 10 dez. 2019.

SENNETT, Richard. **The Fall of Public Man**. Nova Iorque: Vintage Books, 1978.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UnB, 2000.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1997.

WEBER, Marx. **Ciência e Política – duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2000.

Contatos:

E-mail do aluno: matheusmoraesbatista@gmail.com

E-mail do orientador: juliovellozo@gmail.com